

## **ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ: EDUCAÇÃO, TRABALHO E DISCIPLINA. (1847-1852).**

Amada de Cássia Campos Reis – (UFPI)  
Maria do Amparo Borges Ferro – (UFPI)

Eixo temático (2): História da profissão docente e das instituições escolares

É notória a tendência dos historiadores educacionais brasileiros pelo estudo das instituições escolares e isto tem contribuído para o avanço da historiografia neste campo, no entanto, quanto mais os anos se distanciam mais raras vão se tornando as produções. Segundo Sharpe (1992), isto é consequência da escassez das fontes à disposição dos historiadores.

De acordo com Julia (2001, p. 17), “o historiador sabe fazer flecha com qualquer madeira” e para atingir o objetivo deste artigo que é apresentar a história dos primeiros anos do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí, focando sua análise no recorte temporal compreendido entre 1847 e 1852, datas que marcaram respectivamente a criação e transferência desta instituição da cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí, para Teresina, atual capital, tivemos que recorrer aos raros documentos localizados no Arquivo Público do Estado e aos poucos livros que tratam do assunto e analisá-los buscando apoio teórico em autores como Burke (1992), Chartier (1990), Gatti (2002), Buffa (2002), Magalhães (1999), Rizzini (2004), Julia (2001), entre outros.

Ao escrever o itinerário de vida de uma instituição educativa devemos levar em consideração o que sugere Magalhães (1999, p. 64) buscando “integrá-la na realidade mais ampla”, ressaltando os aspectos de peculiaridade indicados por Chartier (1990, p. 16-17) objetivando “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”.

Para Gatti Jr (2002), historiar uma instituição escolar é revelar o que ocorre no seu interior conferindo-lhe uma identidade apesar das transformações por ela sofrida ao longo dos tempos. Para tanto, Buffa (2002) sugere, a partir de suas experiências com pesquisas sobre instituições escolares, a adoção de categorias de análise que neste trabalho estabelecemos como sendo o seu processo de criação, estruturação e funcionamento.

O processo de colonização do Piauí, no final do século XVII, apresenta a singularidade de ter sido iniciado do interior para o litoral. A pecuária era a principal atividade geradora de seu crescimento econômico e o vaqueiro a figura típica local, pessoa

de vida simples que não via necessidade de instruir-se para dar conta de sua lida. Oeiras, a primeira capital do Piauí, enquanto carregou consigo este predicamento foi palco e laboratório das decisões tomadas na área da educação. Aqui, a educação não teve pressa de acontecer, foi ocorrendo de forma lenta, apresentando constantes recuos. Ferro (1996) aponta como obstáculos para o desenvolvimento da educação formal, além de outros, a baixa densidade populacional, um ensino desvinculado da realidade, o desinteresse da população.

A Província do Piauí ressentia-se da falta de trabalhadores profissionais para impulsionar seu crescimento, a demanda por serviços menos especializados, porém importantes e básicos, era evidente. Zacarias de Góis e Vasconcelos, Presidente da Província (1845/1847), ciente de tal necessidade e com a intenção explícita no seu discurso dirigido aos deputados, em 6 de julho de 1847, de tirar das ruas os filhos de pais pobres, pois segundo sua opinião, são os “que depois se lançam desenfreios na carreira dos crimes, e se tornam o flagello da sociedade”, idealizou a criação do Estabelecimento de Educandos Artífices. Este projeto se concretizou no governo de Marco Antônio de Macedo, com a aprovação da Lei Provincial nº 220, de 24 de setembro de 1847, determinando o atendimento de meninos pobres e desvalidos até o número de 30.

Em pronunciamento à Assembléia Legislativa Provincial, no dia 5 de julho de 1849, o Presidente Anselmo Francisco Peretti lamentou ainda não ter cumprido a Lei Provincial nº 220, que criara o Estabelecimento de Educandos Artífices por não haver em Oeiras edifícios com acomodações convenientes para instalá-lo, mas que providências já haviam sido tomadas no sentido de alugar a espaçosa casa do Sr. José Pedro Celestino para seu funcionamento, o que não tardou a acontecer, pois em 1º de dezembro de 1849, esta escola entra em atividade, acolhendo os educandos em regime de internato.

Este tipo de instituição educacional surgiu no Brasil na segunda metade do século XIX. Nove províncias do império criaram este tipo de estabelecimento em suas capitais. O primeiro foi criado em 1840 no Pará, seguido pelas províncias do Maranhão (1841), São Paulo (1844), Piauí (1847), Alagoas (1854), Ceará (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865). Todas estavam localizadas no Norte do Brasil (divisão regional da época) com exceção de São Paulo, e com o objetivo comum de proporcionar uma formação moral aos desvalidos iniciando-lhes numa profissão adequada à sua classe (RIZZINI, 2004, p. 169-170).

O Estabelecimento de Educando Artífices da Província do Piauí espelhou-se no estabelecimento maranhense para a criação de seu regulamento interno com algumas

adaptações locais. O primeiro regulamento expedido foi o de nº 12, de 19 de outubro de 1849, continha entre outros, os seguintes dispositivos, segundo interpretação de Moacyr (1939, p. 251):

O estabelecimento garante a instrução primária e princípios religiosos, o ensino de um ofício mecânico e o exercício militar necessário a um guarda nacional. As primeiras letras e os princípios religiosos serão ensinados pelo diretor do estabelecimento e os ofícios mecânicos aprendem dentro do instituto ou em oficinas particulares; a instrução militar é dada imediatamente pelo diretor e pedagogo dos educandos. A casa garante igualmente alimentos, vestimentas e tratamento nas moléstias

Os educandos ou menores aprendizes, como eram chamados os alunos internos deste estabelecimento, eram submetidos a um regime disciplinar de caserna, tendo em vista torná-los aptos ao exercício da guarda nacional, se necessário. A obediência às normas e à hierarquia era exigida com rigidez e aos infratores eram empregadas medidas punitivas que iam das advertências leves às punições mais severas. As normas regimentais do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí eram minuciosas chegando a exigir dos aprendizes, como aponta Celso Sukow da Fonseca (1986, apud RIZZINI, 2004, p. 235), “fazer continências quando encontrassem o Presidente da Província, o diretor do estabelecimento, o Comandante ou qualquer oficial da tropa”, além de “pegar em armas, em caso de toque a rebate” e servir de “sentinela à porta da Casa e ronda nas suas vizinhanças”.

A “Casa” ou “Colégio” de Educandos Artífices do Piauí, nomes pelos quais também era denominada esta instituição, iniciou suas atividades em 1º de dezembro de 1849, com o funcionamento de seis oficinas: carpina, marceneiro, ourives, ferreiro, alfaiate e sapateiro, e nelas foram distribuídos os primeiros 15 órfãos a serem atendidos. No ano seguinte, o número de alunos aumentou em 10, conforme consta o relatório feito pelo Presidente Ignácio Francisco Silveira da Mota, em 1º de julho de 1850: “hoje se acha com 25, dos quaes 7 aprendem o ofício de marceneiro, 5 de carpinteiro, 4 de ferreiro, 6 de alfaiate, 2 de ourives, e 1 de çapateiro [sic]”. O mapa nº 09 anexo a este relatório ratifica a fala do presidente e dele foram retirados os dados para a construção do quadro nº 01 abaixo. Posteriormente foram sendo criadas outras oficinas para atender à demanda sempre crescente. A procura de pessoas pobres por vagas neste estabelecimento se dava principalmente como forma de garantir meios de subsistência para seus filhos e uma profissão que pudesse garantir-lhes o futuro.

NÚMERO	NOMES	IDADES	LIÇÕES	PROGRESSOS	PROCEDIMENTO MORAL	O QUE LEEEM	O QUE ESCREVEM	OBSERVAÇÕES
1	Martiniano Antonio Luiz da Paz...	12	Bôas	Muito	Bom	Escrepto	Corcivo	Aprende o officio de carpina
2	Raimundo José de Barros.....	15	Soffríveis	Algum	“	“		Idem de Marceneiro
3	Joaquim Manoel de Sousa.....	14	“	“	“	“	Bastardo	Idem. Idem
4	Honorato da Silva Araújo.....	14	Bôas	Muito	“	“	“	Idem. Idem
5	Raimundo Froanio Baptista .....	13	Soffríveis	Algum	“	“	“	Idem de Ourives
6	João Lourenço Ferreira.....	13	Más	Pouco	“	Syllabas		Idem de Marceneiro
7	Clarindo de Sena Roza.....	12	Soffríveis	Algum	“	Escrepto	Bastardo	Idem. Idem . Aprende a Corneta de Chave
8	Manoel Pereira de Carvalho.....	12	Más	Pouco	“	Syllabas		Idem de Ferreiro
9	Manoel Antonio de Pinho.....	12	“	“	“	Escrepto		Idem. Idem
10	Thomaz da Costa Villa Nova.....	9	“	“	“	Syllabas		Idem. Idem. Aprende a pifano
11	José Constantino Esteves.....	10	Soffríveis	Algum	“	Escrepto	Bastardo	Idem de Entalhador
12	Licínio Pontes Piauhylino.....	9	“	“	“	“	Cobre	Idem de Carpina
13	Joaquim Antonio da Paixão .....	9	Más	Pouco	“	Syllabas		Idem de Alfaiate
14	Laurentino Rodrigues de Sousa....	8	Soffríveis	Algum	“	“		Idem. Idem
15	André Avelino de Carvalho.....	8	“	“	“	“		Idem. Idem
16	Joaquim Gonçalves Pereira.....	13	“	“	“	Escrepto	Bastardo	Idem de Marceneiro
17	Menandro José Ferreira .....	12	“	“	“	“	Cobre	Idem de Ferreiro. Aprende a tambor
18	Silvestre Martinho de Jezus .....	7	“	“	“	Bam		Idem de Alfaiate
19	Bemvenuto Manoel de Carvalho...	13	“	“	“	“		Idem. Idem
20	Bernardino Pereira da Silva.....	7	Más	Pouco	“	“		Idem de Sapateiro
21	Raimundo Gonçalves Pereira .....	11	Soffríveis	Algum	“	Escrepto	Cobre	Idem de Marceneiro
22	João Gonçalves Pereira .....	9	“	“	“	Syllabas		Idem de Ourives
23	Raimundo José Valente.....	10	“	“	“	“		Idem de Carpina. Aprende a tambor
24	Adão Pedro d' Andrade .....	11	“	“	“	“	Cobre	Idem de Alfaiate
25	José Menezes de Sousa.....	11	“	“	“	“		Idem de Carpina

Quadro 01 – Demonstrativo da situação do Estabelecimento de Educando Artífices. Oeiras, 1850.

Fonte: Mapa nº 09 anexo ao relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1950. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850. Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Piauí.

O quadro acima mostra, além da relação nominal dos alunos que freqüentavam as oficinas da Casa dos Educandos Artífices no ano de 1850, que esta escola atendia meninos com idade variando de 7 a 15 anos. Dele também podemos tirar a informação que o regime de funcionamento da instituição era intenso de modo a manter os menores sempre ocupados, pois além dos exercícios militares, das orientações dos princípios religiosos e das aulas de música onde aprendiam corneta, pífano e tambor, como meios educacionais disciplinadores, moralizadores e civilizadores, o tempo era preenchido com aulas de primeiras letras e trabalho nas oficinas. Nas aulas de primeiras letras os alunos apresentavam um fraco rendimento, o ensino limitava-se aos rudimentos da leitura de alguns escritos e a soletração de palavras, e prática da escrita iniciando com a técnica de cobrir as letras avançando para a escrita livre utilizando os tipos de letras cursivo<sup>1</sup> e bastardo<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cursivo – Forma de letra manuscrita, miúda e ligeira. (MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/michaelis/indexdic.htm?busca=cursivo&busca2=cursivo>>. Acesso em: 5 nov. 2005.)

<sup>2</sup> Bastardo – caligrafia italiana, conhecida por este nome, por ser ilegítima a partir da latina (um desvio de traçado). Esta arte é feita com pena de ponta cortada e inclinação de 66°. Os traços cheios ascendentes são

Prosseguindo a análise do quadro, podemos perceber também que as oficinas que mais concentravam alunos eram as de marcenaria e de alfaiate, sendo que esta última era freqüentada pelos meninos de idade mais tenra, provavelmente por ser uma atividade menos complexa e exigir um desprendimento físico menor. Cabia a estes “meninos trabalhadores” a produção do fardamento interno, para os educandos da casa, e externo, para suprir a necessidade da corporação militar, poupando despesas para a Província. O trabalho dos educandos das demais oficinas era explorado pela Província e por particulares que encontravam neles uma mão-de-obra barata.

Em aditamento ao primeiro regulamento, foi publicado um outro em 23 de abril de 1852, que fixava várias disposições acrescentando novas normas para o funcionamento deste colégio. Este regulamento não limitava o número de oficinas, que poderiam ser criadas tantas fossem convenientes e as mesmas seriam orientadas por mestres habilitados com a exigência de serem pessoas livres e cidadãos brasileiros. No caso de impedimento do mestre, este era substituído por um contra-mestre escolhido entre os educandos, aquele mais competente.

Ao diretor da Casa de Educandos Artífices competia, entre outros compromissos, a compra de materiais necessários às oficinas, escolhendo os mais baratos que fossem apresentados nas propostas, após processo semelhante às atuais licitações; a organização e escrituração do estabelecimento dando o visto nos livros competentes; além de regularmente enviar relatórios ao Presidente da Província dando-lhe ciência da situação em que se encontrava o educandário no que diz respeito ao aproveitamento dos educandos nas aulas de primeiras letras e nas oficinas, à atuação do professor e mestres das oficinas e ao movimento financeiro por meio de balancetes.

Quanto à política financeira, o regulamento de 1852 deixa claro que esta escola foi criada para se auto-sustentar, mantendo-se com a arrecadação obtida através da venda da produção de suas oficinas. No final de cada mês era feito um balanço financeiro e da sua receita eram retiradas as gratificações dos mestres no valor determinado pelo presidente da província e o que recebia arbitrariamente cada um dos educandos em conformidade com os dias de serviço prestados por eles. Se por alguma eventualidade as oficinas não apurassem o suficiente para a manutenção da escola, as despesas seriam cobertas pela Tesouraria da Província.

---

iguais aos traços cheios descendentes. Foi a caligrafia oficial na Itália, nos séculos III, IV e V. Ainda nos dias de hoje, esta arte é utilizada em lápides e textos artísticos. (CALIGRAFIAS.NET: história da caligrafia. Disponível em: <<http://www.caligrafias.com.br>>. Acesso em: 5 nov. 2005).

Os gastos efetuados com o Estabelecimento dos Educandos Artífices, desde o período de sua instalação, 1º de dezembro de 1849, até 18 de julho de 1850, foram da ordem de 2:826\$782, incluindo neste total o ordenado do diretor, alimentação dos educandos e serventes, roupa dos meninos, lavagem das mesmas, luz, aluguel e conserto da casa, e despesas diversas, conforme discriminação apresentada no mapa nº 10 (veja o quadro 02 abaixo construído a partir dos dados fornecidos por este mapa) que foi anexado ao relatório lido pelo presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1850.

NATUREZA DA DESPEZA	QUANTIAS PAGAS
Ordenado do Diretor dos Educandos.....	349\$998
Comedorias aos Educandos.....	994\$000
Roupas para os mesmos.....	586\$140
Lavagem da roupa.....	19\$440
Comedorias aos Serventes.....	130\$758
Luz para a casa.....	63\$840
Diversos gêneros de serventia e concertos na casa.....	563\$940
Aluguer da casa.....	118\$666
Rs	2:826\$782
Contadoria d' Administração de Fazenda da Província do Piauí, 18 de junho de 1850. Otaviano José d' Amorim Servindo de Contador	

Quadro 02 – Despesas feitas com o Estabelecimento dos Educandos Artífices, de 1849 até 1850.

Fonte: Mapa nº 10 anexo ao relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1950. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850. Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Piauí.

Poderiam os educandos, conforme regulamento da casa, aprender ofícios em oficinas particulares. O Presidente da Província, José Antônio Saraiva, em sua fala dirigida aos deputados da província, em 3 de julho de 1851, manifestou-se contrário a este dispositivo legal, alertando os inconvenientes que poderiam afetar a educação dos meninos, pois eles estariam sujeitos a se ocuparem de afazeres extras aos das oficinas, uma vez que não era possível inspecionar os mestres das oficinas particulares. Isto leva a concluir não ser rara a exploração destes pequenos órfãos em tarefas domésticas nas casas de seus mestres.

Nesta oportunidade, Saraiva também expressou a necessidade de alteração do regimento da Casa dos Educandos Artífices, propondo o ressarcimento das despesas feitas com os educandos, ficando estes obrigados a retirarem do valor recebido pelo seu trabalho a quantia gasta para sua manutenção, não permitindo sua saída antes que os mesmos

indenizassem as despesas efetuadas. Para Saraiva, a finalidade desta instituição não deveria ser outra “senão adiantar a orfandade os gastos de sua educação, para havel-os depois pelo producto de seu trabalho; e só por essa forma poderá o estabelecimento aproveitar um grande número de órfãos” e contratar mestres hábeis fora da província.

Outra medida que Saraiva achava vantajosa era ensinar com mais afinco a música vocal e instrumental aos educandos, pois isso poderia adicionar mais lucro ao estabelecimento, provavelmente pensando em formar uma banda que pudesse ser contratada para animar festas religiosas, cívicas e sociais.

O Estabelecimento de Educandos Artífices tão logo começou a apresentar resultados satisfatórios foi transferido para Teresina por ocasião da mudança da capital, levando consigo os seus educandos. Este ato de Saraiva, segundo Amparo Ferro (1996, p. 70), ocorreu por serem seus alunos “úteis nos trabalhos de construção e instalação dos vários serviços que se iniciavam em Teresina”.

Nem todos os alunos adaptaram-se ao novo ambiente para onde foram levados. O tratamento disciplinar rígido e humilhante, sem levar em consideração as necessidades afetivas próprias da idade dos educandos, e a saudade de sua terra natal alimentavam a cada instante o desejo do retorno. Isto pode ter ocasionado a fuga empreendida pelos alunos Manoel Pereira de Carvalho e Balbino José Rodrigues, em 15 de agosto de 1853, que arrombaram o muro da escola e tomaram o rumo de Oeiras. Este fato foi comunicado ao Vice-Presidente Luiz Carlos de Paiva Teixeira pelo diretor do colégio, Francisco José da Silva, como comprova o ofício abaixo por ele expedido, transcrito do original:

Communico a V. Ex<sup>a</sup> que hontem anoite evadirão-se deste estabelecimento, arrombando o muro, os educandos Manoel Pereira de Carvalho e Balbino José Rodrigues que, sendo filhos de Oeiras, é de supor que se dirijão para ali; e devendo haver um exemplo, não só para eles como para os outros, eu requisito a V. Ex<sup>a</sup> no caso de ser admissível, uma escolta de duas praças para os seguir e captural-os em caminho (ESTABELECIMENTO...OFÍCIO DO DIETOR..., 1853a)

Os alunos fujões não obtiveram êxito em sua empreitada, foram capturados no dia 22 de agosto de 1853, na fazenda Condado. Ao saber da captura, o Diretor envia ofício ao presidente inteirando-lhe do fato:

Cumpre-me participar à V. Ex<sup>a</sup>. que hontem pelas 5 ½ horas da tarde me forão entregues os Educandos Manoel Pereira de Carvalho, e Balbino José Rodrigues, que havião fugido deste estabelecimento na madrugada de 15 do Corrente, como Communiquei à V.Ex<sup>a</sup>, sendo capturados na Fasenda – Condado – por huma escolta de soldados, que vinham de S.Gonçalo para esta Cidade: e por que é esta a primeira vez que assim procede ditos Educandos não os julgos incorrigível,

entretanto V. Ex<sup>a</sup> mandará o que entender Conviniene (ESTABELECIMENTO...OFÍCIO DO DIETOR..., 1853b)

O presidente Saraiva, no decorrer de seu discurso proferido na sessão de abertura da Assembléia Legislativa, em 3 de julho de 1851, no que diz respeito à instrução pública da província, procurou sensibilizar os deputados recomendando-lhes a criação de uma escola para meninas pobres nos moldes do Estabelecimento de Educandos Artífices:

Só terão direito aos socorros públicos os órfão desvalidos? Quantas meninas, sem pai e mãe, não se arrancariam a miséria, e finalmente a prostituição, se ellas também fossem amparadas e soccorridas? Eu não posso, Senhores, deixar de recommendar à vossa proteção as órfãs do Piauhy, pois que podereis até, cuidando da educação de algumas, habilitar boas mestras para as escolhas do sexo feminino. A situação de uma órfã, que não vê diante de si, senão a maior miséria, ou aviltamento, é digna de vossa consideração. [...] e pois, Senhores, applicai alguma cousa em benefício de vossas patricias, que tem direito à toda a vossa humanidade (PIAUHY, FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1851)

Os deputados ouviram os apelos do presidente Saraiva e a “Casa de Educandas” foi criada em Oeiras, através da Resolução Provincial nº 301, em 10 de setembro de 1851, com a finalidade de atender meninas pobres, até um número de 20. Esta escola teve vida curta, foi extinta pela Lei Provincial nº 369, publicada em 14 de agosto de 1854.

Foi com a criação do Colégio de Educandos Artífices que o ensino profissionalizante se instaurou no Piauí, com o interesse circunstancial de amparar órfãos e desvalidos, desenvolvendo uma política assistencialista ao tempo em que tentava suprir a demanda do mercado por mão-de-obra especializada para atender as exigências da sociedade da época, e a exemplo deste, surgiu a Casa de Educandas. Estas duas instituições juntamente com o Liceu Provincial, tornaram evidente a coexistência de escolas destinadas a dois segmentos da sociedade: as escolas profissionalizantes, formadoras de mão-de-obra reservadas aos menos favorecidos, e o Liceu, destinado à elite, onde os jovens mais abastados se preparavam para posteriormente assumir os postos de comando.

Para Burke (1992, p. 11), “tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído” e este artigo buscou recompor a história do Estabelecimento de Educandos Artífices no Piauí nos primeiros anos de sua existência. Muito tem ainda o que ser dito, pois a vida desta escola é longa, experimentou avanços e recuos no seu trajeto, sofreu em suas finalidades alterações exigidas pela sociedade de cada época, mudou de endereço, recebeu outras denominações como Instituto de Educandos Artífices, Escola de Educandos

Artífices, Liceu de Artes e Ofícios, Liceu Industrial do Piauí, Escola Industrial de Teresina, Escola Industrial Federal, Escola Técnica Federal do Piauí. Tais percalços não abalaram a idéia lançada por Zacarias de Góis de criar no Piauí uma escola profissionalizante, que persistiu e resultou no que hoje conhecemos como Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI.

Ao reconstruirmos este momento da história do Estabelecimento de Educandos Artífices acreditamos estar contribuindo para ampliar os conhecimentos sobre a História da Educação no Piauí fornecendo informações relevantes para o perfil histórico educacional deste Estado e conseqüentemente para a história da educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campina (SP): Autores Associados, 2002. p. 25-38.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

CALIGRAFIAS.NET. História da caligrafia. Disponível em: <<http://www.caligrafias.com.br>>. Acesso em: 5 nov. 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES (Piauí). **Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices comunicando ao Vice-Presidente da Província a fuga dos educandos da cidade de Oeiras.** Teresina, 16 de agosto de 1853a. Manuscrito avulso.

ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES (Piauí). **Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices comunicando ao Vice-Presidente da Província a captura dos educandos da cidade de Oeiras.** Teresina, 23 de agosto de 1853b. Manuscrito avulso.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

GATTI JR, Décio. História das instituições educacionais. In: ARAUJO, José Carlos Souza; \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campina (SP): Autores Associados, 2002. p. 3-24.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas (SP): Autores Associados, n. 1, p. 09-43, 2001.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; \_\_\_\_\_. (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal** – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/michaelis/indexdic.htm?busca=cursivo&busca2=cursivo>>. Acesso em: 5 nov. 2005.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a História da Educação no Brasil - 1835 - 1889. S. Paulo: Nacional, 1939.

PIAUHY. **Relatório do presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 06 de julho de 1847**. Oeiras: Typographia Provincial, 1847.

PIAUÍ. **Código das leis piauienses**. Tomo 8. Parte 1ª. Resolução nº 220, de 24 de setembro de 1847. Cria nesta capital um estabelecimento de educandos artífice. Oeiras do Piauí: Typographia Provincial, 1847.

PIAUÍ. **Fala do presidente da Província do Piauí, Anselmo Francisco Peretti, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 05 de julho de 1849**. Oeiras: Typographia Saquarema, 1849.

PIAUÍ. **Relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 1 de julho de 1850**. Oeiras: Typographia Saquarema, 1850.

PIAUÍ. **Fala do presidente da Província do Piauí, Dr. José Antônio Saraiva, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 03 de julho de 1851**. Oeiras: Typographia Saquarema, 1851.

PIAUÍ. **Código das leis piauienses**. Tomo 12. Parte 1ª. Resolução nº 301, publicada a 10 de setembro 1851. Cria nesta capital uma casa de educandas. Oeiras do Piauí: Typographia Saquarema, 1851.

PIAUÍ. **Código das leis piauienses**. Tomo 08. Parte 2ª. Seção 1ª. Regulamento nº 16, publicada a 23 de abril de 1852. Estabelece várias disposições a respeito do Estabelecimento dos Educandos Artífices na cidade de Oeiras. Oeiras: [s.n.], 1852.

PIAUÍ. **Código das leis piauienses**. Tomo 15. Parte 1ª. Lei Provincial nº 369, publicada a 14 de agosto de 1854. Revoga a Resolução Provincial nº 301 de 9 de setembro de 1851, que criou uma casa de Educandas menores. Therezina, 1854.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial. Rio de Janeiro, 2004. 453 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; 2004. Disponível em <[http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004\\_dout\\_ufrj\\_irma\\_rizzini.PDF](http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_dout_ufrj_irma_rizzini.PDF)>. Acesso em 25 set. 2005.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.